

EDITORIAL

QUAESTIO tem procurado espelhar, desde seu primeiro número, a reflexão específica de elaboração e consecução do projeto de Mestrado em Educação da UNISO pelo grupo de professores que nele atuam. Em nosso primeiro número, trouxemos uma entrevista com José Luiz Fiorim e o resultado de um trabalho de um grupo de mestrados com o intuito de compreender as transformações por que passa a universidade brasileira e o perfil desse aluno dos programas de pós-graduação emergentes. No número seguinte, apresentávamos, em editorial, o resultado do Fórum do mestrado, que teve a finalidade única de redefinir os rumos e objetivos do programa.

Neste número, trazemos como editorial as reflexões recentes produzidas pelo grupo à luz das diretrizes da CAPES e das necessidades específicas de nossa universidade. Esperamos com isso, ampliar o debate, de forma a dar maior visibilidade e consistência ao programa.

As transformações geradas no âmbito do trabalho e das práticas sociais em torno das rearticulações promovidas pelo capitalismo mundial, de modo a superar as crises sobrevindas do esgotamento das políticas que vinham sendo observadas nos anos dourados, na expressão de Hobsbawm – possível reflexo do declínio do momento histórico do fordismo – têm múltiplas faces e desdobramentos heterogêneos. Se, de um lado, produzem resultados que são favoráveis ao capital (enfraquecimento e desarticulação das entidades organizadas dos trabalhadores, facilitando seu envolvimento pela empresa, por meio de técnicas participativas; aumento da produtividade; diminuição de custos, pelo recurso à intensificação do trabalho, à polifuncionalidade e mesmo à polivalência, ancoradas em novas teorias de gestão da força de trabalho, etc.), de outro, geram tensões e desequilíbrios que ameaçam corroer o tecido social e implodir normas e valores (acentuação do desemprego estrutural e tecnológico, pauperização da população, mesmo em países centrais, precarização do trabalho, etc.).

Tais transformações sofrem a mediação do processo de racionalização social, que converte as esferas outrora com alguma independência da racionalidade da produção, imediatamente permeadas por essa racionalidade. A economia torna-se o *locus* privilegiado da ideologia, fortalecendo a falsa idéia de que a vida deve se voltar para a

produção alienada, numa sociedade de produção abundante. Isto é, quando há carência da produção, a economia é vital para a sobrevivência humana; se essa carência já foi superada, real ou potencialmente, a vida deveria se voltar àquilo que poderia ser feito pelas máquinas e por uma organização social do trabalho mais racional que evitasse o trabalho desnecessário para a reprodução humana imediata.

Isto parece implicar que a queda de normas e valores faz parte do movimento do capital, uma vez que esse torna cada vez mais abstrata a vida do cidadão, o que, sem dúvida, configura-se numa contradição no âmbito do trabalho, que na sua dimensão abstrata não pode prescindir do atividade concreta. O primeiro afirma o desenvolvimento ulterior do ser humano, enquanto que o segundo o reifica, consolidando a economia como o primado da ideologia, produzindo valores que fundam as relações sociais, tornando-as cada vez mais contraditórias, inclusive na esfera educacional, na qual essas contradições deveriam promover a humanização *in extreme*.

O fato de o homem econômico se sobrepor ao homem político e ao homem moral não significa o fim da ideologia, mas seu primado, pois se fortalece a idéia do homem responsável por seu próprio destino, quando este depende em grau crescente do movimento quase que autônomo do capital. Chesnais, na análise que faz sobre o novo momento histórico do capitalismo, aponta para o fortalecimento do capital financeiro, que por si só realizaria o dinheiro como mercadoria, apresentando como aparência, a independência do capital em relação ao trabalho social e abstrato. Contudo, esse movimento indica que a acumulação como investimento chegou a um ponto crítico, e sua continuidade manteria o lucro num patamar baixo, voltando a produção para os que não detêm o capital, democratizando os bens de consumo, novamente consolidando o fetichismo da mercadoria e reafirmando as contradições expressas.

No âmbito cultural, operam-se outras tantas transformações geradas pelas mudanças que ocorrem na esfera da produção ou articuladas a elas, ou, ainda, precedendo-as e viabilizando-as (os avanços no campo das ciências; por exemplo, permitem decodificar o gnoma das bactérias e vírus, em vez de decodificar esses mesmos microorganismos com o objetivo de aumentar a produtividade dos processos naturais ou não).

Disso decorre a necessidade estrutural capitalista de novas formas de produção do controle cultural e material no qual tudo se movimenta para que o todo continue inerte num processo de manutenção da substância histórica que caracteriza essa forma de produção da vida humana. Essas formas de controle são postas em movimento por meio de mudanças institucionais que, por sua vez, operam a construção política da sociedade, mediada pelas instituições e seus desenhos e objetivos.

Isso demanda uma profusão de reformas, dentre as quais, a reforma educacional que mais determina as práticas dos sujeitos, que concretizam as relações sociais, estabelecendo-se, dessa maneira, as novas formas de controle cultural e material.

Resta indagar, como essas formas de controle cultural e material vão se concretizar diante do fato de toda prática social (tendo no trabalho útil sua protoforma) afirmar o desenvolvimento ulterior da humanidade, e, ao mesmo tempo, complexificar abstratamente a sociabilidade do indivíduo, criando a potência de explicitação das contradições produzidas na reprodução da vida humana, com destaque para os processos institucionais de formação.

Dessa forma, as relações entre o trabalho e a racionalização da cultura, bem como a formação do sujeito, tendem a instituírem-se de forma complexa, dinâmica e de difícil entendimento, num contexto de ruptura e simultânea continuidade histórica, quando as reformas de todas as naturezas, com destaque para as do Estado e da educação, tornam-se os eventos fundamentais da vida social e política, como se pode depreender do texto de Popkewitz:

A ecologia da reforma está relacionada com as pautas de regulação social da escolarização. A escolarização de massas constituiu uma reforma fundamental da modernidade, institucionalizada durante os últimos duzentos anos, quando o Estado moderno assumiu as tarefas de socialização e educação em resposta às rupturas havidas nas pautas de produção e reprodução. O significado da pedagogia moderna constitui seu enlace com os problemas da regulação social; a pedagogia vincula as preocupações administrativas do Estado com o autogoverno do sujeito. As formas de conhecimento da escolarização enquadram e classificam o mundo e a natureza do trabalho que, por vez, tem o potencial para organizar e configurar a identidade individual. (Popkewitz, 1994, p. 26)

Trata-se, pois, de momento histórico, cenário de uma ditadura dos símbolos, do presente e da aparência, que obscurece o entendimento da realidade social e da natureza, quando a virtude parece impor a si, pedir perdão ao vício, para fazer o bem, enquanto o vício faz falso elogio à virtude para perpetuar-se. Isto é, quando a forma como se apresenta a realidade, diante da brutal força do capital sobre o trabalho, dispensa mediações ideológicas e despe-se mostrando sua horrenda nudez. Na aparência, tudo parece mover-se para que o todo permaneça impassível diante do esforço humano de sobrevivência.

Insistimos em aspectos que nos parecem contraditórios: quais estratégias de reorganização educacional são socialmente produzidas para a manutenção da regulação social? Até quando a educação escolar estará relacionada com as pautas de regulação social? Até quando, como nas reformas atuais, o complexo movimento de mudanças conseguirá produzir uma dimensão política, na qual predominem o epistêmico, em vez do ideológico, e, a solidariedade em vez da contradição?

A objetividade social produzida historicamente apresenta-se-nos como uma segunda natureza, tal seu nível de fragmentação e aparente virtualidade. Ilude, assim, quem a produz e a reproduz e por ela é produzido e reproduzido. Essa ilusão constitui-se na exata naturalização do que existe de mais cruel, objetivo e histórico: a forma fenomênica do capitalismo contemporâneo. Essas radicais mudanças expressaram-se e ancoraram-se na academia, induzindo pesquisas que se, por um lado, as subsidiavam, por outro, procuravam o seu entendimento para administrá-las ou para a produção da crítica em face da acirramento da exclusão social.

No âmbito da educação, nota-se um movimento interessante no que toca aos objetos das pesquisas, às abordagens e às entradas nos temas das referidas áreas. O ponto inicial parece ser a constatação de que o entendimento das mudanças postas à educação não poderia ficar restrito às ciências educacionais, mas estender-se à economia, à política, à filosofia e às diversas especialidades da sociologia. Isso movimentou os pesquisadores na direção externa à educação. Por exemplo, as pesquisas sobre a formação no interior das empresas ganharam bastante espaço, o que implicou, nesse caso, a recorrência a referenciais teóricos da economia e da sociologia do trabalho, dentre outros. Outra ilustração das mudanças que se operaram nos anos noventa, diz

respeito à compreensão do fenômeno das transformações no plano macroestrutural, sendo muitos os estudos das reformas educacionais nesse sentido.

No entanto, a partir da segunda metade da última década do século passado, por força do acúmulo da produção com tais diretrizes e, ao mesmo tempo, devido à necessidade de pesquisas sobre as transformações em curso na produção concreta da escola, muitas críticas (destacamos, aqui, as feitas no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Anped) começavam a surgir cobrando que as investigações incorporassem a pauta dos pesquisadores em educação. O final do século, no que se refere ao assunto, foi marcado por um movimento de volta à escola como lugar privilegiado de pesquisa. O que, novamente, obriga a busca de novos referenciais, novas abordagens e temas relevantes no dia a dia da instituição escolar.

A perspectiva delineada em nossa proposta de estudos sugere que é possível e faz sentido desenvolver, a partir da área de concentração *Instituição Escolar: políticas e práticas escolares*, pesquisas que tomem por referência manifestações culturais e sociais que, de alguma forma, tenham influenciado ou possam influenciar ou determinar a constituição da cultura escolar posto que, como afirma Pérez Gómez, é

enormemente útil entender a escola como um entrecruzamento de culturas, que provocam tensões, aberturas, restrições e contrastes na construção de significados. Ao interpretar fatores que intervêm na vida escolar como culturas estou ressaltando o caráter (...) vivo dos elementos que influem na determinação dos intercâmbios de significados e condutas dentro da instituição escolar, assim como a natureza tácita, imperceptível e pertinaz dos influxos e elementos que configuram a cultura cotidiana (Pérez Gómez, 2000, p. 12).

Entre as culturas que participam da constituição da cultura escolar o autor inclui o que denomina de cultura social, da qual fazem parte temas como a economia de livre mercado, a política, a revolução eletrônica, a informação e a opinião pública e valores e tendências que presidem os processos de socialização em curso na presente época. Esta proposição do autor é bastante oportuna, pois permite abordar a extremada “valorização” da educação básica que observamos no Brasil, a partir de 1990, presente não apenas na mídia, mas também nos documentos oficiais, especialmente os que propõem as reformas educacionais, como expressão de aspectos de uma cultura social que, se não é nova, do ponto de vista da forma como tem se estabelecido historicamente no país as relações entre educação e trabalho, apresenta inovações quanto aos conteúdos dessa relação, em função das transformações que vêm sendo verificadas nos âmbitos econômico, político, social e cultural, em nível mundial.

Assim, investigamos a escola como instituição cultural e um espaço que se constrói pela produção de cultura por meio do diálogo entre várias culturas distintas que se inter-relacionam no dia a dia escolar. Olhamo-la como uma instituição da modernidade brasileira – inconclusa, aparentemente infinita e marcada por fortes influências externas – na qual encontramos marcas da nossa história.

A instituição escolar assim compreendida exerce, de forma contraditória, as funções de hierarquização e legitimação sociais e de legitimação de si e das demais instituições que organizam e concretizam o contrato social existente. Destacamos, no entanto, que não a entendemos de forma mecânica no exercício dessas funções, mas procurando encontrar as interconexões entre economia, política e cultura produzidas no cotidiano escolar, tendo em vista compreendê-la e explicá-la.

Enfim, a educação escolar produzida e organizada em torno de seus espaços institucionais, representa uma dimensão expressiva nos processos de formação humana. Nesse sentido, ao se considerar a *Instituição Escolar: Políticas e Práticas Escolares* como campo investigativo norteador de linhas de pesquisa e da formação dos alunos, está se supondo a rica trama de sujeitos, concepções, procedimentos e intervenções que expressam o itinerário essencial para o entendimento do processo de escolarização em suas diferentes instâncias e mediações sociais.

Para que os estudos e análises que decorrem da opção de pesquisa acima esboçada obedeçam um critério consistente de tratamento teórico-metodológico, é necessário reconhecer que o fenômeno educativo, para ser apreendido em sua especificidade, exige a investigação das suas múltiplas dimensões: política, cultural, social e econômica, que tencionam, mas não eliminam, sua condição fundante da produção e reprodução social.

Ao eleger *Instituição Escolar: Políticas e Práticas Escolares* como área de concentração, este programa concentra a conjugação de seus interesses nas questões implicadas na articulação da Educação com a História e as Ciências Sociais. Em outras palavras, é reconhecendo a historicidade do fenômeno educativo e de sua institucionalização que se busca apreender os nexos processuais de formação, implantação, normatização, gestão, organização, conflitos e contradições da instituição escolar na sociedade brasileira. O espaço escolar integra esse cenário e é constituído por sujeitos, procedimentos e concepções nucleadas e mediadas pelos processos de ensino e aprendizagem e pelo cotidiano dos sujeitos envolvidos no processo de escolarização.

A escolarização, como campo específico de estudo, torna-se, por meio da área de concentração, o espaço de produção da política, da valorização do trabalho como prática social fundante, dos processos históricos de constituição das relações e da lógica escolar, das formas privilegiadas de ensino-aprendizagem e sua relação com as demandas sociais de conhecimento e, finalmente, de um conjunto de fatores que, apesar de parecerem externos ao “fazer pedagógico”, atuam sobre o cotidiano escolar, sobredeterminando e ressignificando as ações específicas de escolarização.

Linhas de Pesquisa

São duas, as linhas de pesquisa organizadas a partir da área de concentração *Instituição Escolar: Políticas e Práticas Escolares*:

➤ **Construção do conhecimento nas relações escolares.**

Investiga a produção do conhecimento no âmbito da instituição escolar, considerando as relações que ocorrem no espaço da aula, as que se dão em função dos procedimentos e temas de estudo elegidos pela cultura escolar e as ações que implicam a formação e incorporação de valores e atitudes estabelecidas no cotidiano. Em outras palavras, trata-se de considerar a problemática contemporânea no ambiente escolar como expressão das mudanças sociais e culturais que influenciam na escolarização e na cons-

trução do conhecimento. Para desenvolver os estudos na dimensão apontada, tomamos como campo investigativo: as relações entre educação e sociedade, os processos de ensino-aprendizagem e o cotidiano escolar, ancorados na abordagem histórico-cultural.

Participam desta linha de pesquisa os professores doutores Ana Maria Torezan, com trabalhos direcionados para a compreensão do processo ensino-aprendizagem na perspectiva histórico-cultural; Luiz Percival Leme Britto, cuja atuação se concentra nos estudos de leitura, educação lingüística e letramento; Marcos Antônio dos Santos Reigota, que vem atuando em educação ambiental, estudos multiculturais e representações sociais; e Newton Aquiles von Zuben, cujos interesses se concentram nos estudos em tecnologia e ética comunicativa.

➤ Escola, trabalho e políticas educacionais

Desenvolve seu campo investigativo apreendendo a instituição escolar como expressão das relações e mediações da sociabilidade cotidiana produzida, reproduzida e tensionada por indivíduos, grupos e classes sociais, nos limites e possibilidades históricas dos tempos e das formas do capitalismo no Brasil. Referencia parcela substancial de seu esforço na pesquisa, análise e sistematização de fontes documentais contributivas da história da educação com prioridade para Sorocaba e região. Examina os processos formativos específicos da instituição escolar. Tem por objetivo a investigação e o estudo, de natureza empírica e teórica, dos sistemas e das políticas educacionais em todos os seus níveis, bem como sua relação com as práticas sociais na instituição escolar, por meio dos processos da produção política da sociedade, de poder, de disciplinamento e da fundamentação valorativa dessas práticas derivadas das transformações no âmbito do trabalho. Esses sistemas e políticas, compreendidos como parte do universo das relações entre Estado e sociedade, são analisados em sua relação como processos de ruptura/continuidade do capitalismo contemporâneo e na inexistência de identidade entre a contemporaneidade e a simultaneidade das relações sociais, incorporando as mediações entre a História e as Ciências Sociais.

Participam desta linha de pesquisa os professores doutores Hélio Iveson Passos Medrado, com atuação na área de comunidade, escola e violência; João dos Reis Silva Júnior, cuja produção acadêmica tem se concentrado nas áreas de trabalho, educação e reformas educacionais; Jorge Luis Cammarano González, com trabalho de pesquisa na área de educação, trabalho e formação humana; Luiz Carlos Barreira, com estudos predominantemente voltados para a produção historiográfica da história da educação escolar; Maria Lúcia de Amorim Soares, que pesquisa questões pertinentes à regulação, organização e normatização das práticas educativas em instituições escolares; e Wilson Sandano, com estudos na área de currículo e gestão da instituição escolar.

REFERÊNCIAS

- PÉREZ GÓMEZ, A. I. **La cultura escolar en la sociedad neoliberal**. Madrid. Morata, 2000.
- POPKEWITZ, T. **Sociologia política das reformas educacionais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.